

# 11 de Setembro, o uso da burca e agência

## Um ensaio sobre a relação entre os feminismos ocidental e oriental e o imperialismo

Júlia Valgas Freitas Galvão<sup>1</sup>

Maria Alice Tonetti Carletti<sup>2</sup>

### Resumo

Através das análises de Abu-Lughod (2002), Beck (2021), Mahmood (2006), Sahlins (2007) e Zakaria (2021), o presente ensaio busca elucidar as semelhanças e as diferenças entre o feminismo ocidental e oriental no que tange a exploração capitalista. Por meio de uma revisão bibliográfica dos textos “*Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do sistema mundial*”, “*As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?*” e “*Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito*”, pretende-se revisitar pesquisas realizadas nas duas primeiras décadas do século XXI para expandir as reflexões sobre a interseccionalidade e as opressões de gênero especialmente após o atentado às Torres Gêmeas, com o intuito de evidenciar os privilégios das feministas ocidentais em relação às mulheres do Oriente, ainda que os dois grupos estejam submetidos ao capitalismo e o imperialismo.

**Palavras-chave:** agência; mulheres; capitalismo; islamismo; imperialismo

### 1 Introdução

Segundo Ferreira, de Figueiredo e de Castro (2020), a sociedade islâmica que conhecemos vulgarmente, uma cultura homogênea, violenta, ameaçadora e que provoca estranhamento, é resultado da composição ocidental do Oriente no nosso imaginário enquanto “povos bárbaros”, a fim de manter a posição de submissão dessas culturas e consolidar a dominação imperialista. Na contemporaneidade, especialmente em núcleos ocidentais, perpetua-se vigorosamente uma narrativa única e inverossímil sobre a realidade das mulheres muçulmanas. Estas são continuamente retratadas como vítimas de sua própria cultura, indefesas e sem agência; mártir de uma ficção produzida pela mídia hespéria, de sofrimento e submissão feminina forçada. Como efeito, uma discrepância manufaturada reforçada entre Ocidente e Oriente, na qual o primeiro é sempre tido como próspero, íntegro e libertador e o segundo retrógrado, abusivo e opressor.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

No âmbito feminista, nota-se uma particular perseguição de ativistas ocidentais ao uso de véus de cobertura pelas mulheres orientais. A burca, desassociada de seu valor simbólico e seu caráter voluntário, é reputada como uma evidência da violência patriarcal. Conforme é tematizado por Lila Abu-Lughod (2002) em seu artigo “*As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?*”, o feminismo branco eurocêntrico, recluso à sua bolha cultural e vendado por seu etnocentrismo, repetidamente se propõe a “resgatar” as cidadãs islâmicas de uma tradição que não lhes é prejudicial. Dessa forma, vale questionar quais são as origens dos debates sobre a burca e a quem interessa a discussão das vestimentas das mulheres como pauta central do feminismo.

Nesse sentido, este ensaio procura analisar as relações entre o feminismo ocidental e oriental e como ambos retroalimentam o capitalismo. Buscamos refletir sobre os Estados Unidos e o Afeganistão como amostra de pesquisa. A escolha destes países como objeto de análise deve-se à recém fundada Guerra do Afeganistão, que iniciou com a invasão do país por tropas norte-americanas, motivadas por pautas imperialistas implícitas, que, mesmo após a derrota estadunidense, continuam a ser utilizadas para manter a posição de submissão das mulheres afegãs e consagrar a potência mundial capitalista como salvadora dos países do Oriente Médio.

## **2 Afeganistão, o imperialismo estadunidense e o protagonismo das mulheres muçulmanas**

Na década de 1990, o Afeganistão vivia uma guerra civil e experimentava as circunstâncias ideais para o surgimento de grupos radicais. Nesse contexto, na fronteira com o Paquistão, surge o grupo fundamentalista islâmico Talibã, que, em 1996, viria a conquistar a capital Cabul e estabelecer um governo autoritário no país baseado na interpretação radical do Alcorão. Na mesma época, outro grupo fundamentalista islâmico se fortalece no Oriente Médio, o Al-Qaeda, que opunha-se à influência ocidental e procurava expandir a fé islâmica pelo mundo através da *jihad*<sup>3</sup> (SILVA, 2022).

Durante o governo do Talibã no Afeganistão, o grupo antiocidental Al-Qaeda organizou três ataques ao território estadunidense em 11 de setembro de 2001, tendo como alvos o “World Trade Center”, em Nova York; ao Pentágono, em Washington; e haveria um atentado ao Capitólio, também em Washington, mas o avião não chegou à sede do Congresso estadunidense (MENEZES, 2022).

Em resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos, sob o governo de

---

<sup>3</sup> Guerra Santa.

George W. Bush<sup>4</sup>, invadiram o Afeganistão na chamada *Global War on Terror*, em tradução livre, Guerra contra o terror, com a justificativa de acabar com o terrorismo<sup>5</sup> no mundo. Embora tenha sido divulgada como uma “iniciativa pela paz mundial”, a guerra visava prender Osama Bin Laden, responsável por articular os ataques às sedes do governo estadunidense, e punir o Talibã por recusar-se a destruir as bases da Al-Qaeda no país.

A invasão norte-americana no Afeganistão foi usada por Bush e pelas forças armadas do país para consolidar o poder dos Estados Unidos como potência econômica e bélica, mas, principalmente, utilizada com o intuito de reforçar a soberania do país e coibir novos ataques terroristas em território nacional (RODRIGUES e NETO, 2016).

Desde os atentados de 11 de setembro, a mídia tem trabalhado para construir uma imagem demonizada sobre o islamismo, “delineada por meio do fomento das imagens do homem bomba/muçulmano terrorista e da mulher oprimida” (MONTENEGRO apud. BARBOSA e LIMA, 2020). O país anglo-saxão apoiou-se na teórica opressão das mulheres afegãs para justificar a invasão por suas tropas, com a promessa de estabelecer um governo democrático estável que garantiria às mulheres o direito à escolha de suas vestimentas, direito à andar nas ruas desacompanhadas de homens da família e ao estudo, por exemplo. Conforme Souza (2017), o uso dos discursos de gênero, principalmente através de falas da então primeira dama estadunidense Laura Bush, contribuíram para a construção da necessidade de salvação das mulheres islâmicas no imaginário da população.

No entanto, após 20 anos de guerra, o governo estável prometido pelos Estados Unidos não foi consolidado e, assim que as tropas estrangeiras retornaram ao país de origem, o medo voltou a controlar a população. Nesse contexto, podemos perceber que o país foi uma ferramenta utilizada para a afirmação do poderio americano que, após prender Osama Bin-Laden e demonstrar sua superioridade bélica – tanto por meio da guerra do Afeganistão, quanto pela guerra no Iraque –, aceitou a derrota no conflito após 20 anos, deixando entre 32 e 60 mil civis mortos de acordo com estimativa da Organização das Nações Unidas (A GUERRA, 2020).

Durante esse período, as condições de vida das mulheres muçulmanas, embora tenham sido tratadas pela mídia ocidental como aprimorada pela “ação civilizatória” externa, foram ainda mais fragilizadas. Essa temática é explorada por Rafia Zakaria (2021) em sua obra “*Contra o feminismo branco*”, na qual a jornalista questiona se as intervenções ocidentais no Oriente Médio, especialmente as estadunidenses no Afeganistão, foram realmente produtivas ou apenas, como

---

<sup>4</sup> Aqui referimo-nos ao 43º presidente dos Estados Unidos, filho de George H. W. Bush.

<sup>5</sup> Terrorismo é um conceito em disputa. Para saber mais acerca da definição, visitar “Governo Bush e as Guerras do Afeganistão e Iraque”, por RODRIGUES e NETO (2016).

discutido anteriormente, uma fachada insustentável que escondia o imperialismo americano. Segundo a autora, se as providências tomadas pelos Estados Unidos fossem de fato modificadoras da estrutura sociopolítica afegã, a retirada de suas tropas e a ascensão do Talibã não significariam a imediata destruição das supostas conquistas femininas.

Nesse sentido, Zakaria (2021) pondera se os auxílios fornecidos e os investimentos colocados no Afeganistão não eram apenas inefetivos, no sentido de poucos terem sido concluídos e usufruídos, mas também vazios de sentido para aquela população. Para exemplificar, a jornalista relata sobre um programa de educação empreendedora que foi introduzido às mulheres afegãs, o qual tratava de condições de trabalho típicas do Ocidente e não daquela região. Grande parte dos serviços prestados, confirma Zakaria (2021), especialmente na área de educação, foram criados a partir de uma vivência ocidental, baseado em sua ideia de conhecimento e de progresso. Nota-se como os Estados Unidos, em sua missão imperialista, também buscavam pela imposição de sua soberania intelectual sobre essas cidadãs.

Ademais, a ativista faz questão de destacar: as mulheres muçulmanas não vivem em isolamento, isto é, não são independentes de seu país. Logo, a invasão estadunidense, sustentada pela promessa de extinção do terrorismo – bombardeando vilarejos, instalando tropas, cercando regiões, perseguindo suspeitos –, afetou negativamente também a essas cidadãs, não apenas aos grupos extremistas. Em seu discurso, Zakaria (2021) explicita a dificuldade passada pelas mulheres muçulmanas, as quais viam suas cidades destruídas, suas escolas devastadas, sua nação em colapso. Elas viviam sob incerteza quanto à sua segurança, temendo se aliar ao seu Estado e resistentes a se escorar em seu invasor.

Entretanto, como descrito previamente, a questão mais ressaltada pelos meios de comunicação era o aprisionamento das mulheres pela burca e a passividade delas diante das formas de dominação. Pouco se discutia sobre o ponto de vista das próprias muçulmanas sobre a situação – como elas encaravam a conjuntura de seu país, o que elas julgavam ser os aspectos misóginos de suas dinâmicas socioculturais, quais eram suas propostas para reformar a sociedade.

Com relação a isso, a antropóloga americana Saba Mahmood (2006), em seu trabalho *“Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito”*, aborda a temática da agência das mulheres muçulmanas a partir de uma etnografia realizada no Egito. Em seus trabalhos, Mahmood (2006) apresenta a visão das mulheres egípcias acerca dos significados adquiridos pelo véu para apoiar sua tese de que a agência para as mulheres pode representar o respeito à tradição. Nesse viés, a antropóloga defende que a timidez e a modéstia para as mulheres muçulmanas são valores importantes pelos quais elas esforçam-se conscientemente para reorientar suas vontades inatas. Ao mesmo tempo, essas mulheres organizaram-se e brigaram pelo

direito de ler e estudar as escrituras sagradas islâmicas.

A dicotomia entre luta e adesão aos costumes comprova a não-passividade feminina na religião muçulmana, mas demonstra que as ambições desse grupo são diferentes das que o Ocidente tem colocado no centro de suas discussões. O próprio feminismo islâmico se propõe encontrar formas de empoderamento diferenciadas – como a interpretação do Alcorão a partir da noção de igualdade de gênero – e propõe o afastamento das noções patriarcais que foram incorporadas ao islamismo pelas civilizações onde a fé muçulmana é predominante, e não por valores do livro sagrado.

O debate seletivo sobre pautas das mulheres muçulmanas revela, antes de tudo, a islamofobia ocidental tanto ao silenciar as cidadãs islâmicas em um debate em que deveriam ser as protagonistas, quanto ao usar a “emancipação feminina” como artifício para coibir o uso de símbolos culturais e religiosos importantes para a fé dessas mulheres. Esse discurso imperialista do feminismo liberal branco é uma ferramenta para manter as mulheres não-brancas em uma situação de submissão. Sob essa ótica, vale refletir acerca do protagonismo da luta das mulheres islâmicas: por que o Ocidente se coloca em posição de determinação das necessidades das cidadãs muçulmanas? Por que as feministas brancas querem “exportar” seus próprios ideais de libertação?

### **3 Feminismo branco e a aversão à burca**

Da mesma maneira que os Estados Unidos insistem em proceder com ações invasivas no Oriente Médio, pensadas de maneira unilateral e independente dos interesses e valores da população da região, o feminismo branco molda suas políticas de empoderamento a partir de ideais ocidentais e elitistas e, em seguida, empenha-se para universalizá-las. Tal realidade é explorada por Zoa Beck (2021) em sua obra *“Feminismo branco: Das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás”* e pode ser associada à perseguição à burca discutida por Abu-Lughod (2002) em seu artigo *“As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros”*. Diante disso, esta discussão pode ser iniciada pelo esclarecimento do conceito de feminismo branco e como esse se apresenta na atualidade. Segundo Beck (2021), essa vertente feminista propaga uma concepção de empoderamento individualista, meritocrática e oligárquica, a qual fortalece quase que unicamente mulheres brancas, de classe média ou alta, ocidentais e localizadas nos centros urbanos. Em outras palavras, se trata de um movimento incoerente quando se preza pelo triunfo da diversidade e pela renovação coletiva, uma vez que protege um grupo restrito de ativistas.

Isso se dá, conforme reflete a autora, pois a proposta de contrapoder sugerida parte do pressuposto de que todas as pessoas marginalizadas vêm de uma mesma situação social, desconsiderando outras potenciais vulnerabilidades interferentes na luta pela igualdade, como raça, classe, religião e

localidade, por exemplo. Além disso, nota-se que as estratégias introduzidas se resumem à micro-resistência, que se trata da mera superação de percalços diários ou da rejeição de símbolos “machistas” – como seria, supostamente, o caso da burca –, ausente de criticismo quanto à estrutura social ineficiente e desigual.

Para Beck (2021), é evidente que o feminismo branco se agarra a questões superficiais e generaliza a luta, sem atentar-se às dinâmicas específicas que regem cada realidade feminina e basear-se unicamente nos interesses de uma elite. Por isso, para os ativistas “brancos”<sup>6</sup> é fácil e comum pregar uma força de ação tão atômica, pois esses sujeitos já partem de um ponto de poder e dispensam uma reformulação do *status quo*. Contudo, conforme é trazido por Lila Abu-Lughod (2002), isso não impede que as feministas ocidentais julguem as condições femininas alheias, se apegando a detalhes específicos, retirados de seu campo de significação, para determinar um vilão e se colocarem como heroínas.

Nesse sentido, a discussão da burca e de outros véus de cobertura entra em cena. Segundo Abu-Lughod (2002), há uma preocupação seletiva dos militantes ocidentais com relação às mulheres muçulmanas, a qual se direciona à supressão de sua cultura ao invés da correção das condições deficitárias de educação e infraestrutura que elas sofrem, por exemplo.

A partir da análise da autora, faz-se evidente a falta de comunicação existente entre a militância ocidental e a oriental. As protagonistas da luta feminista branca, partindo de uma percepção profundamente etnocêntrica, a qual reconhece seu padrão de moda “liberal” como mais progressista do que o islâmico; e esvaziando o traje de seu profundo valor cultural, julgam a burca como uma forma de aprisionamento das cidadãs muçulmanas. Estas, entretanto, reconhecem essa forma de vestimenta como um símbolo de respeito e honra, conservador de dignidade, além de um método de proteção para que vivam em sociedade, conforme mencionado anteriormente. A burca surge entre as mulheres *pachto*, em um núcleo livre, e só se torna um artifício obrigatório com a ascensão do Talibã, que se apropriou do símbolo (SILVA, 2021).

Logo, as políticas que surgem em países europeus, tais quais a França, a Itália, a Bélgica, a Dinamarca, que proíbem o uso dessa vestimenta sob a premissa de libertar as mulheres, não passa de um discurso discriminatório, xenofóbico e islamofóbico, disfarçado como feminista. A atuação ocidental tem se mostrado baseada naquilo que o Ocidente crê ser melhor para as muçulmanas: a universalização de sua cultura. A salvação que tanto almejam consolidar é inspirada pelas propostas que *elas*, ativistas alheios ao Oriente Médio, consideram revolucionárias e necessárias para suas “vítimas” – e não o que elas próprias definem como imprescindível.

---

<sup>6</sup> “Branco”, nesse caso, conforme a própria autora Zoa Beck (2021) utiliza, não faz referência à questão racial, mas àqueles adeptos da vertente feminista “branca”, independentemente de sua etnia.

Nesse ponto, Lila Abu-Lughod (2002) é certa: “Nós só podemos libertar as mulheres afegãs para serem como nós ou será que devemos reconhecer que, mesmo após a ‘liberação’ em relação ao Talibã, elas possam querer coisas diferentes daquelas que desejaríamos para elas?” (LUGHOD, 2002, p.12). Coloca-se em pauta, portanto, se o feminismo branco está preparado para descentralizar a luta de si e reconhecer mulheres alheias ao seu elitismo como agentes revolucionários igualmente válidos e capazes.

#### **4 Capitalismo e a apropriação das pautas feministas**

Nesse cenário, que conjuntura está verdadeiramente se beneficiando do discurso feminista branco e de sua doutrina de valores? Será que esse feminismo está de fato favorecendo as mulheres da maneira que primordialmente se objetiva?

Como analisado por Zoa Beck (2021), o movimento feminista branco pouco desenvolve debates críticos sobre a estrutura sociopolítica, se distanciando de uma proposta revolucionária de alteração das dinâmicas coletivas e limitando-se a superar “situações misóginas” em sua singularidade. Além disso, ignora questões raciais, religiosas, locais, de classe, dentre outros caracteres de fragilização da condição humana, em seu âmbito de empoderamento e, conseqüentemente, sustenta quase que integralmente a conjuntura machista, capitalista e imperialista vigente.

Contudo, a grande questão que se coloca é: a superficialidade da luta não apenas permite a livre perpetuação da disposição mencionada, mas a *abastece*. Desde os primórdios do movimento sufragista, especialmente no caso estadunidense, as empresas se utilizam de slogans simplórios e reducionistas para lucrar com a causa. Bottons, faixas, bandeiras, camisetas, todos estampados com frases de efeito como *Girl Power* ou *The future is female*, passaram a compor a imagem da “verdadeira feminista”. Entretanto, a parcela do rendimento gerado por esses produtos realmente direcionada para o fortalecimento do ativismo era, e é ainda hoje, mínima. Assim, um número significativo de sedes capitalistas mercantiliza o feminismo para atrair esse público consumidor em expansão, mas sem aderir aos valores revolucionários. Em realidade, diversas marcas se utilizam do título progressista, enquanto, sob sigilo ou não, exploram mulheres em países em desenvolvimento, promovem o trabalho infantil e escravo, investem em instituições LGBTQ+fóbicas, dentre outros encaminhamentos que contrariam a causa. No Brasil, um dos exemplos mais conhecidos desse caso é o das lojas “Zara” e “C&A”, as quais se utilizam da estética feminista, mas foram denunciadas por utilizarem trabalho escravo no exterior para a produção de roupas “de luta”.

Em paralelo, explorando uma segunda faceta da manipulação capitalista, outra relevante problemática do feminismo branco é seu discurso neoliberal. Nessa vertente, muito se associa o empoderamento ao emprego, especialmente àquele de caráter autônomo. A “conquista do mercado

de trabalho” é considerada um marco para a luta feminina, uma “libertação”: a passagem do trabalho doméstico para o trabalho formal.

Ao longo das grandes guerras, as mulheres brancas começaram a ocupar o mercado de trabalho – até aquela época, predominantemente masculino –, devido à carência de mão-de-obra vindoura do recrutamento de soldados. Tal movimentação foi interpretada como um grande triunfo para o movimento feminista (branco), sendo celebrada pelo “progresso” que representava. Entretanto, vale ressaltar que essa não era verdadeiramente uma novidade no histórico feminino: mulheres negras já eram trabalhadoras, em situações precárias, desde o início da escravidão. Contudo, pouco se questionava a situação insalubre em que se encontravam e a urgente necessidade de proteção dessas senhoras. No discurso “E eu não sou uma mulher?” e no livro de mesmo nome, Sojourner Truth (1851) e bell hooks (2019), respectivamente, denunciam os limites dos movimentos anti-racista e feminista ao excluírem mulheres negras de sua pauta.

Desde aquela época, o sistema capitalista se ampara na propagação de certos ideais, que associam o trabalho à dignidade e à liberdade, com o objetivo de gerar ainda mais lucro a partir da atribuição do valor do indivíduo à sua produtividade. Assim, hoje, as grandes empresas se veem beneficiadas pelo discurso de empoderamento meritocrático e individualista que o feminismo branco tem popularizado, pois conseguem mais facilmente manipular as trabalhadoras que recorrem à informalidade na tentativa de obter sucesso no mercado de trabalho.

Ademais, a face liberal do feminismo também se revela no debate acerca da exposição de fotos de biquíni na internet. Enquanto o movimento feminista divide-se entre aquelas que acreditam que postar fotos sensuais na internet alimenta os interesses patriarcais através da sexualização dos nossos corpos – seja fornecendo conteúdo para a indústria pornográfica ou contribuindo para a manutenção de padrões irreais de beleza e, conseqüentemente, incentivando indiretamente as meninas e mulheres a consumirem cada vez mais procedimentos estéticos –, outras defendem que a escolha sobre expor ou não seu corpo na internet deve ser feita de forma consciente e informada pela própria mulher, isto é, defendem o direito à agência.

As situações mencionadas acima, as quais relacionam o feminismo ao capitalismo em uma interação relativamente predatória, são tratadas na tese produzida por Marshall Sahlins (2007) em *“Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do sistema mundial”*. Nesta obra, o antropólogo desconstrói os papéis usualmente atribuídos à cultura, definida como “passiva”, e ao capitalismo, definido como “dominante”, demonstrando que a requerida obtenção de lucro por empresas só é possível se elas forem capazes de distinguir o que possui valor e significado naquela dinâmica social. Em outras palavras, o mercado a ser desenvolvido em uma dada região tende a progredir através da adesão à cultura local, pois ela define quais artigos são interessantes produtos de venda e quais são os

equivalentes valores de troca para estes.

Nesse sentido, seguindo o raciocínio de Sahlins (2007), o capitalismo foi, em certos aspectos, moldado pelas feministas, que, na intenção de alinhar teoria e prática, buscaram consumir produtos que afirmam sua ideologia, afinal, a moda possui um caráter político inegável. Logo, a apropriação do “empoderamento” pelas empresas parte da premissa que esse é um assunto em ascensão e de crescente relevância nas sociedades ocidentais. O capitalismo reconhece as pautas e reivindicações das mulheres – e de diferentes grupos sociais – e organiza a passividade ao atender as expectativas do “novo tempo”.

## 5 Considerações finais

Por fim, pode-se concluir que a perseguição contra o uso das burcas e dos véus integrais são prejudiciais às mulheres muçulmanas que, além de não terem suas vozes reverberadas por feministas que deveriam ser consideradas aliadas, precisam reivindicar o direito de viver e experimentar sua cultura sem a interferência ocidental. Segundo Mahmood (2006), agência não significa resistência, isto é, o real direito à escolha inclui entender e aceitar que diferentes mulheres têm diferentes desejos e ambições. Em seus trabalhos, a autora reconhece que a cultura a qual estamos inseridos determina as escolhas que podemos fazer, mas, ainda assim, a possibilidade de escolher faz com que o sujeito não seja apenas vítima de suas tradições, mas ativo nos processos de tomada de decisão.

Assim, pode-se dizer que as feministas brancas estabelecem uma relação de dominação etnocêntrica para com as cidadãs islâmicas, que as violenta com a tentativa de um processo de aculturação ao condenar a burca, elemento cultural que adquire significados simbólicos importantes para elas. No âmbito religioso, pode-se afirmar que a ideia de que as mulheres muçulmanas são uma massa hegemônica oprimida reflete a islamofobia ocidental, especialmente na aprovação de leis que proíbem o uso dos véus integrais.

No entanto, embora as feministas brancas estejam em uma posição mais privilegiada que as feministas orientais – por não sofrerem as agressões culturais causadas por elas próprias –, é importante notar que os dois grupos estão submissos às dinâmicas opressoras do capitalismo: enquanto no Ocidente as grandes empresas lucram com a apropriação de pautas feministas e as indústrias da beleza e da pornografia capitalizam nossos corpos, no Oriente o capitalismo monopolista – imperialismo – retira a individualidade das mulheres ao tratá-las como uma massa única submissa, e promove a imagem de “branco salvador” dos estadunidenses ao justificar a Guerra do Afeganistão pela emancipação feminina, por exemplo. É neste processo violento produzido pelo capitalismo em que o feminismo do Ocidente e do Oriente se encontram: as mulheres continuam sendo vítimas de um sistema que explora seus corpos através do trabalho, de suas vestimentas, do

lazer, da alimentação, do uso das redes sociais e de toda a vida privada que, como diriam as feministas dos anos 80, também é política.

### Referências

A GUERRA do Afeganistão em números. **ISTOÉ**. 20 de Fevereiro de 2020. ISTOÉ Dinheiro. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/a-guerra-do-afeganistao-em-numeros/>>.

ABU-LUGHOD, Lila. “*As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros*”. *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, p. 783-790, 2002.

BARBOSA, Francirosy Campos; LIMA, Luana Baumann. Empoderamentos múltiplos de mulheres muçulmanas em espaços públicos na França e no Brasil. **Revista De Antropologia**, v. 63, n. 1, p. 59-82, 2020.

BECK, Zoa. “*Feminismo branco: Das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás*”. Harper Collins, Agosto 2021.

E eu não sou uma mulher? – Sojourner Truth. Portal Geledés, 2014. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?gad\\_source=1&gclid=EAIAI\\_QobChMI9MXbrtHShQMv7WNIAB2L3gluEAAAYASAAEgIKnvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?gad_source=1&gclid=EAIAI_QobChMI9MXbrtHShQMv7WNIAB2L3gluEAAAYASAAEgIKnvD_BwE). Acesso em: 21 de abr de 2024.

FERREIRA, Neylane Naually Souza; DE FIGUEIREDO, Nielle Beatriz Ribeiro; DE CASTRO, Brenda Thainá Cardoso. O feminismo no âmbito das Relações Internacionais: Ocidente x Oriente e o protagonismo da mulher muçulmana. **Malala**, v. 8, n. 11, p. 71-86, 2020.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher. **Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**, 2019.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 10, n. 1), p. 121-158, 2006.

MENEZES, Pedro. 11 de setembro: ataque às Torres Gêmeas. Toda **Matéria**, 2022. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/11-de-setembro/>>. Acesso em 20 de junho de 2022.

OJEDA, Igor. “ZARA admite que houve escravidão na produção de roupas em 2011”. Repórter Brasil, 2014. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/zara-admite-escravidao-na-producao/>>.

Acesso em 20 de junho de 2022.

RODRIGUES, Danilo Pontes; NETO, José Miguel Arias. GOVERNO BUSH E AS GUERRAS DO AFGANISTÃO E DO IRAQUE. **ANAIS DA SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**, p. 320.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do sistema mundial, Cultura na Prática. **Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ**, p. 443-499, 2007.

SILVA, Daniel Neves. “Guerra do Afeganistão de 2001”; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-afeganistao.htm>>. Acesso em 20 de junho de 2022.

SILVA, Vitória Régia da. Feminismo sinhá não vai salvar as afegãs: entrevista com antropóloga Francirosy Barbosa. Diálogos do **Sul**, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2021. Gênero e Número. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitoshumanos/71042/feminismo-sinha-nao-vai-salvar-afegas-entrevista-com-antropologa-francirosy-barbosa>>.

SOUZA, Ana Clara Telles Cavalcante de. Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1297-1312, 2017.

ZAKARIA, Ráfia. **Contra o feminismo branco: Notas sobre disrupção**. WW Norton & Company, 2021.

ZAKARIA, Ráfia. “Ráfia Zakaria: Against White Feminism”. Youtube, 17 de agosto de 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2py6-\\_NnbJY&t=431s](https://www.youtube.com/watch?v=2py6-_NnbJY&t=431s)>. Acesso em 21 de julho de 2022.

### Como citar

GALVÃO, Júlia Valgas Freitas; CARLETTI, Maria Alice Tonetti. 11 de Setembro, o uso da burca e agência: um ensaio sobre a relação entre os feminismos ocidental e oriental e o imperialismo. *Primeiros Estudos – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, 2025; DOI 10.11606/issn.2237-2423.v12i1pe00123001

## 9/11, the Burqa and agency

### An essay on the relationship between eastern and western feminisms and imperialism

#### Abstract

Through the analyzes of Abu-Lughod (2002), Beck (2021), Mahmood (2006), Sahlins (2007) and Zakaria (2021), this essay seeks to elucidate the similarities and differences between Western and Eastern feminism in terms of capitalist exploitation. Through a bibliographic review of the texts “Cosmologies of Capitalism: the transpacific sector of the world system”, “Do Muslim women really need salvation?” and “Feminist theory, agency and the liberatory subject: some reflection on Islamic revivalism in Egypt”, it is intended to revisit research carried out in the first two decades of the 21st century to expand reflections on intersectionality and gender oppression, especially after the attack on women. Twin Towers with the aim of highlighting the privileges of Western feminists in relation to Eastern women, even though both groups are tolerated by capitalism and imperialism.

**Keywords:** agency; women; capitalismo; islam; imperialism.

## El 11 de septiembre, el burka y la agencia

### Um ensayo sobre la relación entre los feminismos occidental y oriental y el imperialismo

#### Resumen

A través de los análisis de Abu-Lughod (2002), Beck (2021), Mahmood (2006), Sahlins (2007) y Zakaria (2021), este ensayo busca dilucidar las similitudes y diferencias entre el feminismo occidental y oriental en términos de explotación capitalista. A través de una revisión bibliográfica de los textos “Cosmologías del capitalismo: el sector transpacífico del sistema mundial”, “¿Realmente las mujeres musulmanas necesitan salvación?” y “Teoría feminista, agencia y el sujeto liberador: algunas reflexiones sobre el revivalismo islámico en Egipto”, pretendemos revisar investigaciones realizadas en las dos primeras décadas del siglo XXI para ampliar las reflexiones sobre la interseccionalidad y la opresión de género, especialmente después del ataque a Las Torres Gemelas, con el objetivo de resaltar los privilegios de las feministas occidentales en relación con las mujeres orientales, a pesar de que ambos grupos son tolerados por el capitalismo y el imperialismo.

**Palabras clave:** agencia; mujer; capitalismo; islam; imperialism